

DISPOSIÇÃO E POSSIBILIDADE DE AGIR DIFERENTEMENTE: UMA LEITURA LIBERTARIANISTA DA ÉTICA DE ARISTÓTELES DIONATAN ACOSTA TISSOT¹; JOÃO HOBUSS²

¹Universidade Federal de Pelotas – dionatan.a.t@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – joao.hobuss@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Aristóteles era um determinista? Uma série de passagens da *Ethica Nicomachea* parecem apontar para sentidos contrários. Em uma, Aristóteles parece assumir um determinismo psicológico ao dizer que aquele que já adquiriu uma disposição a partir de uma prática reiterada de ações de mesmo tipo já não pode mais agir diferentemente do que lhe é ditado por sua disposição (EN III7). Em outra, no interior do mesmo livro, o autor diz que sempre que *depende de nós* (*to eph' hêmin*) fazer algo, também *depende de nós* não fazê-lo e vice-versa, e é nisto mesmo que reside sermos bons ou sermos maus (EN III 7). Além disso, EN VII nos apresenta o procedimento que ficou conhecido como “silogismo prático” que parece implicar que, na medida em que temos uma determinada disposição, não nos é possível não agir de tal maneira, sendo que nossa disposição é que rege o tipo de fim que buscamos. Agrega-se também a figura do *phronimos*, o prudente, caracterizado como o que bem age e bem delibera (EN VI), e por isso não havendo exatamente abertura para agir mal ou deliberar mal. Desde a Antiguidade este tema é debatido e ainda o é, sem que os pesquisadores pareçam chegar a uma concordância quanto à resposta a essa pergunta. No tocante aos antigos, Cícero, por exemplo, faz Aristóteles figurar como um determinista sem dar maiores explicações. Por outro lado, Alexandre de Afrodísias, em sua querela contra o estoicismo no século II d. C., apresenta-o como um indeterminista. Até o século XIX, era dominante o pensamento de que, junto com Tomás de Aquino, Aristóteles foi quem fundamentou a noção de liberdade de arbítrio. Em contrapartida, alguns comentadores, tal como Stewart e Gauthier pensam que o livre-arbítrio é incompatível com a filosofia aristotélica. Bobzien e Meyer julgam que o termo *to eph' hêmin*, de fulcral importância para a ética aristotélica não quer dizer que o agente *sempre* possa agir diferentemente.

2. METODOLOGIA

A metodologia para a elaboração do presente trabalho, que pertence a uma pesquisa ainda mais extensa, foi basicamente a leitura exegética dos textos de Aristóteles, sobretudo da *Ethica Nicomachea*, bem como da literatura secundária, ou seja, dos comentadores de sua filosofia. Discussões em grupo e reuniões periódicas com o orientador também foram importantes para o andamento da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Minha intenção no presente trabalho, que se constitui em parte de uma pesquisa mais ampla, está numa tentativa de defender um libertarianismo, ainda que não tão forte, na ética aristotélica. A estratégia para tal defesa está em admitir a irreversibilidade do caráter do *phronimos*: de fato, se uma pessoa alcançou uma perfeição moral (e isso implica que estou assumindo uma posição perfeccionista

do *phronimos* aristotélico) não há motivos para crer que deveria ela querer agir diferentemente. Enquanto *phronimos*, enquanto agente moral dotado de sabedoria prática, ele sabe o que é virtuoso ou não é virtuoso. Ambos os caminhos estão abertos a ele, ou seja, depende dele fazer ou não fazer. Entretanto, não há motivos racionais para que o faça e – de fato – ele não o fará. Isto está de acordo com a estrutura rígida do silogismo prático. O “depende de nós” é anterior ao *phronimos*: ainda que ele saiba que existe mais de um curso de ação possível, pois conhece o que deve e o que não deve ser feito, ele não o fará. Há um certo determinismo psicológico aqui, mas ele não arruína – completamente – o libertarianismo em Aristóteles. O *phronimos* está incluído em uma tipificação dos agentes que inclui outros três: o continente, o incontinente e o vicioso. No continente e no incontinente o princípio racional e o irracional estão em conflito – sua razão não está corrompida, mas seus ímpetus puxam na direção contrária. Tais agentes podem ser mais facilmente trazidos para um caminho melhor, se persistirem em agir conforme a razão reta. No caso do vicioso, porém, não há nenhum tipo de discordância entre os princípios racional e irracional – em tudo concordam, como no virtuoso, mas sua razão está corrompida e, por isso, não consegue apreender adequadamente os fins. De qualquer forma, se atentarmos para *Categoriae* 8-10, podemos ver que há uma possibilidade deste ser reformado, ainda que a custo: para isso, minha hipótese é que o homem mau, vicioso, pode ser trazido lentamente para um bom caminho de vida e pensamento se antes convencido de que suas crenças sobre os fins estão equivocadas.

4. CONCLUSÕES

A interpretação acima proposta nos permite, ao mesmo tempo que salvaguardamos a perenidade do caráter do *phronimos* – que em outro lugar (EM...) serve de modelo para as nossas ações – salvaguardemos, também, a possibilidade de reforma moral do agente não virtuoso ou mesmo vicioso. O próprio *phronimos* é padrão e guia da ação moral e, ainda que possamos dizer – talvez – que ele se constitua no *ideal* de agente virtuoso, isso não nos fará incorrer em um idealismo: o *phronimos* é o que bem escolhe e bem age, mas a boa escolha e a boa ação não são boas por ser o *phronimos* a praticá-las, mas o *phronimos* só é o ideal de agente virtuoso porque as pratica. É no lidar com as circunstâncias particulares que reside a moralidade, para Aristóteles, e o *phronimos* oferece-se como o ideal de agente que sempre age bem frente às circunstâncias. De qualquer forma, por conhecer o bem e o mal, sabe que estão abertos caminhos distintos mas não pode, racionalmente, trilhá-los. Ao contrário dos outros tipos de agentes que podem ser persuadidos por crenças corretas quanto ao verdadeiro bem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco livro VI**. Tradução de Lucas Angioni. *Dissertatio*, n 34, 2011, p. 285-30.
- _____. **Nicomachean Ethics Books II-IV**. Translated with an introduction and commentary by C. C. W. Taylor. Oxford: Clarendon press, 2006. (Clarendon Aristotle Series)
- ANGIONI, L. Phronesis e virtude do caráter em Aristóteles: comentários a *Ética a Nicômaco VI*. *Dissertatio*, n 34, 2011, 303-345.
- AUBENQUE, P. **A prudência em Aristóteles**. Trad. M. Lopes. 2 ed. São Paulo: Paulus/ Discurso editorial, 2008.
- BARNES, J. (ed.) **The Complete Works Of Aristotle**. 2 vols. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- BOBZIEN, S. The inadvertent conception and late birth of the Fre-Will Problem. In **Phronesis** XLIII/2, p. 135, 1998.
- BONDESON, W. Aristotle on Responsibility for one's character and the possibility of character change. In **Phronesis**, 19. 1974. p. 59-65
- FREDE, M. **A freewill. Origins of the notion in ancient thought**. Los Angeles: University of California Press, 2011.
- FURLEY, D. **Two studies in the greek atomists**. Princeton: Princeton University Pres, 1967.
- CANTO-SPERBER, M.; PELLEGRIN, P. (ed.). **La style de la pensée**. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- GAUTHIER, R-A.; JOLIF, J. **L'Éthique à Nicomaque**. 4 vols. Louvain, 2002.
- KENNY, A. Aristotle's Theory of the Will. London: Duckworth, 1979.
- KRAUT, R. **Aristóteles. A Ética a Nicômaco**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MEYER, S. O voluntário Segundo Aristóteles. In KRAUT, R. **Aristóteles. A Ética a Nicômaco**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- NATALI, C. Responsibility and determinism in Aristotelian ethics. In. CANTO-SPERBER, M.; PELLEGRIN, P. (ed.). **La style de la pensée**. Paris: Les Belles Lettres, 2002. p.271
- ROSS, W.D. *Aristotle*. London: Mathuen & Co.Ltd, 1923.
- SHARPLES, R. **Alexander of Aphrodisias on Fate**. London: Duckworth, 2003.
- SORABJI, R. **Necesidad, causa y culpa**. Trad. R. Salles. México DF: UNAM, 2003.

- SORABJI, R. **The Philosophy of the Commentators, 200-600 AD.** A sourcebook. Vol. 1: Psychology (with Ethics and Religion). Ithaca/New York: Cornell University Press, 2005,
- SORABJI, R. **The Philosophy of the Commentators, 200-600 AD.** A sourcebook. Vol. 2: Physics. Ithaca/New York: Cornell University Press, 2005,
- SORABJI, R. **The Philosophy of the Commentators, 200-600 AD.** A sourcebook. Vol. 3: Logic and Metaphysics. Ithaca/New York: Cornell University Press, 2005.
- STEWART, J. **Notes on the Nicomachean Ethics.** Oxford: Clarendon Press, 1892.
- ZINGANO, M. **Estudos de Ética Antiga.** 2ed. São Paulo: Discurso/Paulus, 2009.
- ZINGANO, M. Escolha dos meios e *τὸ αὐθαίρετον*. In ZINGANO, M. **Estudos de Ética Antiga.** 2ed. São Paulo: Discurso/Paulus, 2009
- ZINGANO, M. **Aristóteles. Tratado da Virtude Moral. Ética Nicomaquéia I13-III8.** São Paulo: Odysseus, 2008.